



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

88

6

**ACÓRDÃO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº



\*03788087\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0001119-96.2003.8.26.0355, da Comarca de Miracatu, em que é apelante VANESSA DE LARA JESUS FONTES (JUSTIÇA GRATUITA) E OUTRO sendo apelados MARCOS ROGÉRIO BUENO DE FREITAS, MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A e DIOCELLE BARACHO ROCHA.

**ACORDAM**, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente) e VIANNA COTRIM.

São Paulo, 25 de abril de 2012.

**ANTONIO NASCIMENTO**  
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

APELAÇÃO COM REVISÃO 0001119-96.2003.8.26.0355

2ª Vara Judicial do Fórum de Miracatu/SP

Apelantes: VANESSA DE LARA JESUS FONTES e RAFAELA ALÉXIA DE LARA JESUS FONTES

Apelados: MARCOS ROGÉRIO BUENO DE FREITAS, DIOCELLE BARACHO ROCHA e MAPFRE VERA CRUZ SEGUROS S/A.

VOTO Nº 7.248

APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. *Acidente de trânsito - Concorrência de culpas não configurada – Imprudência da vítima evidenciada nos autos – Aplicação do ditame do art. 252 do Regimento do Tribunal de Justiça de São Paulo – RECURSO DESPROVIDO.*

A r. sentença de fls. 446/449, cujo relatório se adota, julgou improcedente a ação de indenização proposta por Vanessa de Lara Jesus Fontes e Rafaela Aléxia de Lara Jesus Fontes contra



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

**APELAÇÃO COM REVISÃO 0001119-96.2003.8.26.0355**

**Marcos Rogério Bueno de Freitas, Diocelle Baracho Rocha e Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A.**

Sobrevieram embargos de declaração (fls. 453/454), os quais foram acolhidos e rejeitados (fls. 455).

Inconformadas, recorrem as autoras (fls. 457/459) sustentando que a culpa pelo acidente foi de Marcos Rogério, motorista do carro de marca Twingo, pois conduzia aquele veículo em alta velocidade. No mais, alegaram que a vítima não transitava pela rodovia, apenas tentou efetuar sua travessia.

Recurso recebido, processado e contrarrazoado (fls. 464/468 e 471/478).

Parecer da ilustre Procuradora de Justiça às fls. 482/487.

**É o relatório.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

**APELAÇÃO COM REVISÃO 0001119-96.2003.8.26.0355**

Trata-se de pedido de reparação de danos materiais e morais decorrentes de acidente de veículos ocorrido em 3/2/2003, formulado por **Vanessa de Lara Jesus Fontes e Rafaela Aléxia de Lara Jesus Fontes** contra **Marcos Rogério Bueno de Freitas, Diocelle Baracho Rocha e Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A**. Segundo as autoras, o réu **Marcos** colidiu o veículo **Renault/Twingo** que dirigia contra a bicicleta conduzida pela vítima que veio a falecer em decorrência da colisão.

De acordo com as provas carreadas aos autos, o apelado **Marcos** conduzia o veículo na rodovia e a vítima nela transitava com sua bicicleta e, ao tentar efetuar a travessia no leito carroçável, ocorreu a colisão.

Desta forma, longe de ter havido concorrência de culpas, os autos demonstram, com suficiente clareza, que a vítima agiu com culpa na modalidade imprudência, conforme se verifica no boletim de ocorrência de fls. 23:

***"Segundo comunicado do PRF Marcos, Mat.  
165012, transitava o veículo 2, no sentido PR/SP, quando***



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

**APELAÇÃO COM REVISÃO 0001119-96.2003.8.26.0355**

***a vítima, conduzindo o veículo 1, (bicileta Mountain Bike, branca, sem marca aparente, sem marcha), tentou cruzar a rodovia sem a devida atenção, provocando a colisão contra o V-2, resultando no óbito instantâneo da vítima."***

Forçoso convir, em semelhante cenário, que a controvérsia dos autos pede e requesta a aplicação do art. 252 do Regimento do Tribunal de Justiça de São Paulo<sup>1</sup>, pois a sentença recorrida lhe deu adequada solução. E, neste provimento jurisdicional, revestem particular relevância os seguintes excertos:

***"(...) A prova testemunhal, desta forma, mostra-se inconsistente e contraditória, sendo insuficiente a demonstrar a culpa do réu Marcos pelo acidente. Não por outra razão, é de se ver que o requerido foi absolvido na esfera criminal (fls. 118/123).***

<sup>1</sup> Art. 252. Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

APELAÇÃO COM REVISÃO 0001119-96.2003.8.26.0355

*Assim, demonstrada a culpa exclusiva da vítima pelo acidente, fica afastada a responsabilidade do réu Marcos pelo evento danoso. De conseguinte, fica também afastada a responsabilidade da corré Diocelle, já que, tratando-se de hipótese de culpa in eligendo, esta só se configuraria em caso de conduta culposa de seu comitente ou preposto, no caso, Marcos, o que, como visto, não ocorreu. (fls. 449)"*

Postas estas premissas, *nega-se provimento ao recurso.*

Antonio (Benedito do) Nascimento  
RELATOR